

A EXPERIÊNCIA DA FORMAÇÃO SINDICAL NO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC PAULISTA: EDUCAÇÃO, AÇÃO SINDICAL E CIDADANIA (1999-2009)*

*Sílvia Gaban***

Resumo: O objetivo deste artigo é a compreensão da experiência educativo-sindical do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista (SMABC) e a sua relação com as estratégias sindicais desenvolvidas por este, no período de 1999-2009. Esta análise inclui-se na reflexão sobre os desafios do sindicalismo no período, propondo uma perspectiva do debate inspirador da ação política deste sindicato.

Palavras-chave: Educação sindical. Metalúrgicos do ABC. Sindicalismo.

The experience of syndical education in the Labor Union of Metalurgic workers at the ABC Region in São Paulo: instruction, syndical action and citizenship (1999-2009)

Abstract: This article aim is the understanding of the educative and union experience of the Metalworkers' Union of ABC paulista (SMABC) and its relation to the union strategies developed by it, in the period of 1999-2009. This analysis is included in the reflection on the unionism challenges in the period, proposing a perspective of the debate that inspires this union political action.

Keywords: Union education. Metalworkers of ABC. Unionism

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma reflexão sobre a experiência de educação sindical dos dirigentes e militantes do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista (SMABC) e a relação com suas estratégias de ação sindical no chão da fábrica e nas políticas locais e regionais, em um cenário de mudanças profundas no mundo do trabalho e no sindicalismo.

Acredita-se que, ao estudar a formação sindical, seja possível ter um olhar privilegiado da reflexão desse coletivo sobre sua ação política e formativa, bem como das perspectivas em que encontram inspiração para sua atuação nesse cenário.

* Este artigo se baseia em reflexão da dissertação de mestrado da autora, defendida em 2011 no programa de pós-graduação em sociologia da FFLCH-USP, sob a orientação do prof. Dr. Iram Jacóme Rodrigues, cujo texto integral encontra-se disponível no site do Banco de teses e dissertações digitais da USP. Ver GABAN(2011).

** Mestre pelo Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: silvia.gaban@gmail.com.

A literatura sobre as transformações no capitalismo e no mundo do trabalho, nas últimas quatro décadas, explicita um cenário que, dificilmente, pode ser resumido em análises que simplifiquem ou absolutizem a realidade social, uma vez que vários são os elementos que a influenciam, como também suas relações sociais. Essas mudanças alteraram relações de poder locais, nacionais e internacionais, tornando complexo o entendimento dos desafios para a ação sindical. Novas realidades na economia e política, valores que modificaram subjetividades dos indivíduos e novas percepções desse cenário estão presentes no cotidiano do trabalho e promovem constantemente uma inquietação na ação sindical; entre outras razões, porque se instabilizam com as mudanças implementadas pelo capital para manter seus negócios competitivos nesse cenário.

Essa realidade teve o seu debate no Brasil mais concentrado a partir da década de 1990, quando seu impacto se tornou mais visível.

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC) vem, desde esse período, criando formas alternativas de organização política com uma participação propositiva em fóruns locais e regionais, o que representou, em um cenário que então se podia considerar bastante desfavorável a estes, uma experiência afirmativa para esse coletivo.

A essas ações se somaram novas práticas no chão da fábrica que repercutiram em sua ação sindical com reversão de decisões de mudanças de plantas das fábricas do ABC, reversão de taxas de desemprego na região, entre outras vitórias conquistadas.

Este texto é concentrado na resposta do SMABC a essas transformações, mais precisamente na última década, enfatizando a perspectiva do debate teórico aí existente e a relação com a estratégia de ação, por meio do estudo da sua política de formação sindical no período de 1999-2009.

Esta foi aprovada no 3º Congresso dos Metalúrgicos do ABC, em 1999, momento considerado crucial de reorganização da sua estrutura de representação política, com a criação dos Comitês Sindicais de Empresa (CSEs), o que, juntamente com a atuação nas políticas locais e regionais preconizadas por esse Sindicato já desde o início da década de 1990, foi visto pela categoria como uma demanda de maior qualificação política de seus dirigentes e militantes.¹

Na primeira parte do texto, selecionam-se algumas categorias julgadas importantes para o entendimento dos desafios à ação sindical nesse período, localizando-as na literatura sobre globalização e transformações no mundo do trabalho. Destacam-se, ainda, alguns elementos sobre a realidade específica da região do ABC.

¹ Cf CONGRESSO DOS METALÚRGICOS DO ABC. 3º. Caderno de Resoluções. São Bernardo do Campo, 1999.

Em um segundo momento, são examinados, de forma geral, o programa de formação e seus principais eixos de cursos e núcleos conceituais, bem como aspectos do processo de socialização educativa deste programa, procurando estabelecer parâmetros do debate teórico aí existente com as estratégias sindicais em curso.

Conclui-se, com um balanço da experiência e seu significado no debate sobre sindicalismo atual.

CENÁRIO EM CURSO E MOVIMENTO – RELATIVIZANDO A “GLOBALIZAÇÃO” E SEUS IMPACTOS

Acredita-se ser impróprio estabelecer uma abordagem única sobre as transformações pelas quais passa a economia, a cultura, valores e sociedade, uma vez que são observados, na literatura que vem analisando essas mudanças, vários elementos que inquietam nossas certezas e propiciam uma reflexão sobre elas, sob diferentes aspectos de suas relações sociais.

Apesar da visibilidade das alterações em vários âmbitos da vida social, é preciso de relativizar as posições extremas sobre a globalização, como também a ideia questionável do discurso que induz a uma percepção de falta de controle sobre o processo, levando a um raciocínio de que não há nada a fazer, senão se dobrar ao predomínio e falta de controle do mercado.

Sem querer fazer um balanço sobre esse tema, utiliza-se a referência de Hirst e Thompson (1998)², enfatizando a categoria de análise governabilidade, por eles trabalhada criticamente. O seu texto relativiza os efeitos extremados da globalização e comumente vistos como incontrolláveis, optando por analisar a influência dessa visão nas tomadas de decisão política³. Ao desmistificar a incontrollabilidade do processo, cuja visão promove um sentido de impotência política, os autores abrem um espaço no debate teórico para os atores sociais, sem falar na sua observação que explicita a não neutralidade política das análises proeminentes que defendem o fato de se estar vivendo a total globalização. Para pensar a questão da governabilidade e até mesmo o papel de agências locais, nacionais e internacionais, os autores partem de uma análise weberiana de tipos ideais de modelos de economia internacional, quais sejam o de uma economia internacional aberta ou economia totalmente globalizada, que servem de referência e parâmetro para uma análise da realidade.

Esse instrumento conceitual permite aos autores verificar as aproximações e afastamentos dos modelos, resultando, ao final, em uma visão mais matizada e não polarizada. Entreveem, ainda, se as mudanças são de natureza estrutural ou conjuntural, fato que culmina em posicionamentos e decisões políticas na esfera da governabilidade.

² Ver especialmente capítulos I e VIII.

³ Ibidem. p.17.

Esclarecedores sobre os efeitos de uma visão da economia totalmente globalizada, Hirst e Thompson (1998, p. 27) detalham as consequências desse cenário, entre as quais certamente “um caráter problemático fundamental de sua governabilidade”, sem falar na competição descontrolada entre “agências reguladoras em diferentes níveis”⁴ que enfraqueceriam uma possibilidade de governabilidade no nível global, bem como o maior declínio da influência política e do poder dos trabalhadores organizados.

Não se pretende, com essas ponderações, ignorar a extensão e profundidade das mudanças em curso. O cenário de transformação profunda pela qual vem passando o sistema capitalista nas últimas quatro décadas, cujo efeito no mundo do trabalho tem se traduzido em perdas para os trabalhadores, além de desdobramentos desfavoráveis à sua organização, certamente provocou um debate sobre as perspectivas e limites da atividade sindical e suas estratégias nesse novo momento histórico.

Essa mudança político-econômica, que teve início em meados dos anos 1970, alterou de forma profunda o chamado sistema fordista que vigorou principalmente no período de 1945 a 1973 e foi caracterizado pela rigidez em todos os seus aspectos, pela fragmentação do trabalho voltado a uma maior produtividade e expressa numa gestão de trabalho extremamente hierarquizada com separação radical das atividades intelectuais e meramente reprodutivas na produção (HARVEY, 2007)⁵. O sistema fordista, ao não dar conta das necessidades competitivas do capital, teria começado a gerar dentro de si as tensões entre as forças sociais e políticas que resultaram em transição para uma nova forma ou sistema de regulação. As mudanças, manifestando-se em um processo de transição, que Harvey (2007:140) denomina “acumulação flexível”, apoiaram-se na “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.” Caracterizada pelo surgimento de setores novos na produção, mudança nas comunicações e transportes, os quais imprimiram velocidade às decisões, a reestruturação produtiva reduziu o número de trabalhadores, ampliou suas funções, como também provocou um aumento da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho com condições mais precárias. Não só a flexibilização de contratos passou a ser procedimento dominante, mas houve desenvolvimento simultâneo da terceirização de serviços, o que contribuiu de forma significativa para um enfraquecimento do poder sindical e da mão-de-obra excedente originária desse processo. As novas demandas surgidas com esse novo sistema de regulação, associadas à globalização, mobilizaram esforços dos detentores do capital no sentido de tornarem mais competitivos os seus negócios, criando novas exigências como a melhor qualificação profissional, além de competências multifuncionais dos trabalhadores, que resultaram em

⁴ Ibid.p.30.

⁵ p. 119-135.

redução drástica do emprego formal, associado ainda a uma precarização dos seus direitos.

Entretanto, é preciso ponderar, por meio de uma questão mais política sugerida por Hirst e Thompson (1998, p. 264), sobre o futuro do Estado-Nação como importante lugar de governabilidade⁶. Os autores afirmam que os Estados-Nação têm papel significativo nesse processo de mudança, apesar das transformações macro-econômicas, especialmente no que se refere à regulação de sua população. Eles teriam importância como componentes de um “sistema de ‘governo’ internacional”.

À luz dessas questões, ao se pensar no processo de transformação econômica em curso e que provocou tantas mudanças no trabalho, na organização sindical e nas relações políticas, é imprescindível, também, considerar a governabilidade possível como mais uma provável interlocução dos trabalhadores na luta por seus direitos, já que, sob esse ponto de vista do direito, o Estado tem hegemonia.

Essa argumentação não é absolutizada pelos autores, mas, ao contrário, estes não desprezam a ideia de que “os Estados são menos autônomos, têm menos controle exclusivo sobre processos econômicos e sociais dentro de seus territórios, e são menos capazes de manter a singularidade nacional e a homogeneidade cultural”. (HIRST; THOMPSON, 1998, p. 274).

O que merece destaque nesse enfoque é que as mudanças “globais” estariam acontecendo, mas não por decreto, sem tensões e de forma homogênea. A história do país, as relações sociais de seu povo, tradições, lutas, conflitos políticos operam diferentemente neste cenário (p. 278-279). Haveria, ainda, evidências que demonstram que não há tendência alguma para uma economia totalmente globalizada e que as principais nações continuam a ser dominantes (p. 287).

Haveria uma “nova soberania” que teria como elemento central o Estado-nação – não na concepção anterior de poder e autoridade total –, mas como elemento intermediador em relações de diferentes níveis de poder: para cima, influenciando políticas internacionais e para baixo, “por meio de ordenação constitucional dentro de seu próprio território de relação de poder e autoridade entre governos centrais, regionais e locais e, também, os governos privados publicamente reconhecidos pela sociedade civil”. (HIRST; THOMPSON, p. 295)

Levar em conta esses novos marcos institucionais na ação política faz-se necessário nos novos tempos e amplia a visão da ação sindical para além do chão da fábrica. Outra questão suscitada por esta análise é que a negociação se torna mais complexa, envolvendo não somente a discussão com empresa e direitos previstos em escala nacional, mas também requer

⁶ Este tema é extensamente analisado em Hirst e Thompson (2002, p. 263-301).

uma leitura dos empreendimentos internacionais e movimentações do capital em âmbitos estaduais e nacionais. Exige-se, portanto, mais qualificação e elaboração teórica dos dirigentes sindicais para o entendimento das várias questões que estão em jogo.

Outra questão relevante é a da natureza das mudanças no trabalho e da reestruturação produtiva. Neste sentido, chamando também a atenção para uma realidade mais complexa, Belussi e Garibaldo (2000, p. 280) afastam sua abordagem das facilidades teóricas que veem rupturas totais, modelos “puros”, discutindo critérios sobre os quais se constroem “verdades” sobre uma nova realidade. Dessa forma, polarizam com autores que consideram que o fordismo não é mais uma força na economia. Discordam das tentativas de universalização de modelos de produção, que sob seus pontos de vista, simplificam diferentes realidades existentes ao redor do mundo a realidades que poderiam ser mais consideradas apenas como mudanças conjunturais. Discutem-se, assim, possibilidades de produção, estruturas industriais, perfil de mão-de-obra, questões que fazem diferença em um processo de negociação dos trabalhadores. Ao se absolutizarem modelos, limita-se e muito uma possível alternativa de discussão em mesa de negociação.

São bastante convincentes ao rejeitar qualquer “estereótipo industrial potencialmente dominante” e que reduz a complexidade existente no cenário econômico (p. 282). Relacionam a análise da reestruturação do sistema industrial em termos da “governança” de diferentes sistemas de produção. Apontam limites, coexistências de tipos de produção, que têm uma relação forte com possibilidades de governabilidade.

Essas questões estimulam a reflexão sobre a realidade no ABC, cujo cenário comporta empresas que vivem a todo vapor a reestruturação ao lado de pequenas e médias empresas com organização de trabalho totalmente opostas, o que reflete condições bem diferentes para se pensar sobre a ação sindical nos diferentes contextos, representando mais um desafio à formação sindical.

Essa categoria, trazida à tona com essa possibilidade mais pluralista de abordagem, pode ser instrumento significativo ao se perceber e relacionar a governabilidade da situação nesse contexto de transformação e a perspectiva dos sindicatos de abrirem seus leques de atuação nesse cenário mais complexo.

O entendimento pelos metalúrgicos do ABC já no início dos anos 1990 demonstra essa sensibilidade conforme as análises de outros autores (CAMARGO, 2007; CONCEIÇÃO, 2007; RODRIGUES, 2003, 2004)

Ainda com relação à questão da governabilidade e alternativas para os atores sociais, os autores veem, apesar da globalização dos sistemas econômicos, um papel importante nas políticas locais e regionais, o que pode ser útil ao analisar estratégias do SMABC a partir dos anos 1990.

A globalização dos sistemas econômicos nacionais não tornará o conceito de “localismo” redundante. Entretanto, qualquer sistema local/regional usando recursos

específicos “arraigados” localmente deve ser vistos em contexto de relações globais. Mais e mais firmas encaram mercados globais, finança global, tecnologias globais (AMIN, 1994). O que é deixado parcialmente indeterminado é a possibilidade de reinterpretar e reestruturar fatores locais de competitividade. Sistemas locais podem decidir competir de diferentes formas. Tal competição poderia estar na base da redução dos custos de insumo, ou focados nos meios de aumentar criatividade, na procura de sinergias entre as firmas, e nas redes globais. Eles podem procurar criar nós adicionais de inteligência na sua estrutura e mudarem sua direção de produções de mais valor adicionado. (BELUSSI; ARIBALDO, 2000, p. 283) (tradução nossa).

O que parece essencial reter dessas questões é a necessidade dos autores de não generalizar tendências e observar ainda que há mudanças que podem ser de longo ou curto prazo, e que não advêm da força espontânea dos mercados, mas de planejamento sistemático (p. 290). Se é provável que generalizações de tendências globalizantes na economia ofusquem possibilidades de governança local, regional e nacional, há que se considerar, por outro lado, efeitos que são estudados e podem ser vistos desse processo no mercado de trabalho, que constitui um elemento também importante na negociação sindical na atualidade.

A volatilidade do capital permitida nessa nova configuração é um elemento que pode pesar para os trabalhadores e empresas na hora da negociação. A afirmação de Spilerman (2009, p. 76) de que a mudança para uma economia global tem tido impacto profundo nas oportunidades de emprego e nos aspectos das carreiras não pode ser descartada. A mobilidade do capital em torno do mercado mundial, associada às políticas de Estado que a favorecem, cria um terreno bastante pantanoso para as reivindicações sindicais, que devem levar em conta em suas estratégias essas características da configuração de trabalho.

Só para citar um exemplo de Spilerman (2009, p. 76) que ilustra em parte essa mobilidade: “a entrada de Estados de grandes populações – China, Índia e Indonésia- na economia mundial dobrou o tamanho da força de trabalho global engajada em atividade não agrícola.” (Idem – tradução nossa). Ao se pensar que as condições de trabalho nesses locais e custo da força de trabalho é reduzido para as empresas, pode-se vislumbrar rapidamente os interesses crescentes em utilizar esse tipo de mão de obra. Se considerarmos relatos como o de Chang (2010), em sua abordagem jornalística-etnográfica sobre o trabalho e trabalhadores na China contemporânea, ter-se-ão elementos para perceber como as condições de trabalho lá existentes, bem como de trabalhadores a um custo baixíssimo, podem influir até mesmo nos países onde haveria uma relativa reserva de garantia de direitos históricos aos trabalhadores, como nos países centrais.

Como esses cenários complexos são vistos sob a perspectiva da ação sindical? Quais os desafios que movem os trabalhadores na sociedade con-

temporânea? Como esse problema se impõe na prática sindical do SMABC?

Esse contexto de transformações na economia e sociedade teve como consequência impactos na ação sindical em todo o mundo, repercutindo na discussão da possibilidade de um novo paradigma no sindicalismo que, além de ser a expressão de uma reflexão no âmbito do mundo do trabalho, inclui mudanças mais amplas da sociedade. O debate proposto por Waterman (1999), sobre aquilo que ele chama de um “novo sindicalismo social”, contribui para pensar um modelo que se basearia em novas formas de organização do movimento social. Segundo o autor (p. 248), a visão alinhada com a ideia de reconceitualizar e expandir a compreensão do trabalho e do papel dos movimentos a ele relacionados, reconhece transformação e continuidade. Ao cogitar novos caminhos, o autor assume um posicionamento intelectualmente provocante ao relacionar as transformações do capitalismo, expressas em mudanças das formas de produção e perfil dos trabalhadores, e a constituição de uma nova configuração dos movimentos sociais (p. 249).

A implicação dessa afirmação é que as esferas antes consideradas superestruturas dependentes do capitalismo, como a política, cultura e ideologia, estariam cada vez mais interdependentes no seu contexto atual. Dessa maneira, as lutas centradas somente no movimento trabalhista tenderiam a ser marginalizadas em um contexto cujo apelo se volta às questões do meio ambiente, paz, gênero, direitos humanos (p. 249-250). Os novos movimentos sociais seriam não só aliados, mas sugeririam novas formas de organização e luta.

Acredita-se que as questões trazidas pelo autor não invalidam a relevância dos sindicatos, mas, ao contrário, recolocam o debate considerando modalidades de articulação atual e possibilidade de uma nova perspectiva, com base mais social (WATERMAN, 1996, p. 254). Acrescente-se a isso a reconsideração feita da participação partidária, vista antes como uma posição de liderança e “vanguarda” dos movimentos sociais, para a qual estabelece uma relação diferente e menos autoritária (p. 256).

Ainda nessa direção mais otimista e que compartilho: da possibilidade de buscar alternativas de organização sindical que respondam de forma afirmativa às novas demandas e transformações, Beynon (2003), sem menosprezar o impacto das perdas dos trabalhadores e sua vulnerabilidade diante da expansão da economia global, enfatiza, por outro lado, as experiências de reação e articulação dos trabalhadores contra esses impasses. E na política, na pressão e ação coletiva que aparece a possibilidade de ação, apesar das mudanças que continuam.

Um exemplo de novas possibilidades criadas no âmbito da ação sindical é o fato de os metalúrgicos do ABC já estarem, na década de 1990, vislumbrando outras esferas de atuação e construindo uma experiência singular com relação a sua trajetória. Supõe-se, neste trabalho, que essa experiência não se estabelece de forma espontânea ou somente como uma reação abstrata às mudanças na economia, mas sim que é bastante articulada

com um debate teórico e preparo dos dirigentes, que também interferem na construção desse conhecimento por meio da discussão de suas necessidades na ação política e demandas que estabelecem na sua qualificação.

Embora essa discussão possa ter elementos de similaridade em várias realidades nacionais, é pertinente um recorte no tempo e espaço do nosso objeto, cujas particularidades se distinguem de outros processos e experiências. O reconhecimento das mudanças históricas particulares da região do ABC, no período de 1999-2009, é necessário para o estudo da relação do programa formativo do SMABC e o avanço dessas ações sindicais já em curso.

Os metalúrgicos do ABC, na década de 1990, tiveram de enfrentar um cenário de reestruturação que atingia não só sua categoria, mas a região industrial histórica do ABC. Conceição (2008, p. 41) explicita o que representou esse período:

As consequências dessa reestruturação, em termos de evolução do nível de emprego na indústria da Região do ABC na década de 1990, foram, de fato, dramáticas. De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho, havia, considerando-se todos os setores que compõem o parque industrial da região, 363,3 mil pessoas empregadas com carteira de trabalho assinada em 1989, ante 187,8 mil em 1999. Ou seja, em uma década foram eliminados 175,6 mil postos de trabalho na indústria. Nesse mesmo período, o total de empregos nos serviços e no comércio da região subiu de 183,5 mil para 239,1 mil (55,6 mil novos postos). Esse crescimento no comércio e nos serviços, portanto, esteve longe de compensar a perda de empregos na indústria. Acrescente-se ainda que a massa salarial deve ter caído proporcionalmente mais do que o nível de emprego na região, considerando-se que os salários são mais altos na indústria do que nos serviços e no comércio.

Se se restringir à categoria metalúrgica, o autor traz dados interessantes com relação ao número de trabalhadores metalúrgicos no ABC (CONCEIÇÃO, 2008, p. 90)⁷, que demonstram uma perda de, em média, 100 mil postos de trabalho durante a década de 1990: a média anual em 1989 era de 195.742 trabalhadores e em 1999, 94.998. Pode-se imaginar o que isso representou no impacto no emprego na região, assim como em relação às políticas públicas. Trabalhadores desempregados sem assistência médica, as demandas crescentes na habitação e educação, sem falar no impacto que significaram os galpões e fábricas que progressivamente iam se esvaziando, dando lugar a hipermercados, igrejas e espaços sem utilização⁸.

São vários os exemplos de perdas para a região; contudo, significaram o estabelecimento e a construção de uma prática mais voltada à negociação

⁷ O autor observa que nessa média anual não estão incluídos os trabalhadores na cidade de São Caetano do Sul, porque pertence a outra base territorial sindical.

⁸ Preocupação também de Conceição (2008, p. 27-28), lembra o autor que “a gravidade do quadro social do ABC, fruto desse processo, pode ser dimensionada pelo número de favelados na região. Em 2001, havia 580 favelas no

por parte do SMABC, que viria a ser desenvolvida e qualificada durante essa década. Conceição demonstra, por meio de inúmeros exemplos, que ainda que certas negociações não tenham impedido a saída de unidades industriais da região, serviram de articulação para Fóruns em que foram feitos acordos que aumentaram a produção nacional da indústria automobilística⁹.

A busca dos metalúrgicos do ABC por novas possibilidades de atuação foi definida em trabalho de um coletivo e dos seus dirigentes, expresso por meio de discussões políticas nos fóruns da categoria, como os congressos e os encontros, também associados ao departamento de formação que promoveu e acentuou o debate da importância da formação dos dirigentes, consistindo em processo de contínua mudança e discussão da realidade com conhecimento.

Os congressos dos metalúrgicos têm expressado, ao longo do tempo e de forma bastante singular, um processo de reflexões que aparecem como base determinante na ação e estratégia sindical da categoria. As análises de conjuntura, os balanços de ação sindical são sistematicamente realizados e documentados, promovendo parâmetros para decisões das prioridades e eixos de ação¹⁰.

A observação atenta a essas determinações do coletivo nos congressos permite o entendimento da flexibilidade requerida das ações da formação, fortemente vinculada às determinações estratégicas da política do sindicato. Ela acompanha essa política e nela influi por meio de uma sintonia fina, porque, ao mesmo tempo em que é determinada e confirmada nas instâncias coletivas de deliberação, ela produz e interfere de maneira intensa no planejamento estratégico do Sindicato. Seus relatórios de trabalho¹¹ indicam não só um trabalho de formação com cursos, mas também, e não

ABC, com 109.574 barracos(Diário do Grande ABC, 22/12/2002, com base em pesquisa do IBGE)." Conforme o autor, isso significaria em torno de 20% da população.

⁹ O autor lembra que ao tratar da venda feita pela Ford à Fiat de sua divisão de tratores e motores, no início da década de 1990, a direção do sindicato, na época presidido por Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, embora não tenha conseguido reverter a decisão conseguiu, na mesma audiência com a empresa, "o início de uma profícua negociação tripartite no Brasil (envolvendo os governos federal e estaduais, e as representações empresariais e sindicais) a respeito da reestruturação da indústria automobilística no Brasil, ocorrida na Câmara Setorial Automotiva entre os anos de 1991 e 1993. Após os acordos da Câmara Setorial, a produção nacional subiu de forma gradativa de 1 milhão de veículos, no início da década, para mais de 2 milhões, em 1997".(CONCEIÇÃO, 2008, p. 29-30)

¹⁰ Cf. SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. Congresso dos Metalúrgicos do ABC. 3. – Caderno de Resoluções. São Bernardo do Campo, 1999. ; _____.Congresso dos Metalúrgicos do ABC. 4. – Caderno de Resoluções. São Bernardo do Campo, 2003. ; _____. Congresso dos Metalúrgicos do ABC .5. – Caderno de Resoluções. São Bernardo do Campo, 2005 e _____. Congresso dos Metalúrgicos do ABC.6. – Caderno de Resoluções. São Bernardo do Campo, 2009.

¹¹ Cf. SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. Departamento de formação. Relatório de atividades da formação 2007. São Bernardo do Campo, SP. Ver também da mesma autoria as obras de 2008 e 2009. Para informações anteriores a 2006, ver documentos sobre balanços de atividades.

menos importante, a assessoria às comissões temáticas, à organização de conferências e congressos, aos convênios estabelecidos pelo sindicato como, por exemplo, o MOVA (Movimento de Alfabetização Regional do ABC)¹².

O período em que se concentra esta pesquisa começa exatamente no 3º Congresso dos Metalúrgicos do ABC, quando, entre os dias 5 e 7 de novembro de 1999, os trabalhadores filiados ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista (SMABC) reuniram-se para discutir propostas de trabalho em seu III Congresso, como também definiram como uma de suas três prioridades de ação, o desenvolvimento de amplo e qualitativo programa de formação sindical para os anos que se seguiriam¹³.

Nas resoluções congressuais do período de 1999-2009, cujos eixos norteiam as ações sindicais, pode-se averiguar como elemento comum a determinação enfática dos eixos de ação sindical no chão da fábrica e na sociedade.

Com base na localização desses desafios reconhecidos pela categoria, amalgamados com suas propostas especialmente com foco na formação para atingi-los, propõe-se compreender os meios e a forma buscados para tal tarefa.

O PROGRAMA DA FORMAÇÃO SINDICAL DO SMABC NO PERÍODO 1999-2009

UMA VISÃO GERAL DO PROGRAMA – EIXOS, TIPOS DE CURSO, PÚBLICO-ALVO, ATIVIDADES

Ao ser definida como prioridade de ação em 1999, a política de formação já propunha um eixo definidos, o de responder aos desafios que vinham se impondo à ação sindical da categoria e que, naquele momento, contava com o desenvolvimento estratégico não só no chão da fábrica, mas em articulações com a política local e regional, por meio de experiências como Câmara Setorial e Câmara Regional do ABC. O Programa de Formação de Dirigentes (PFD) consistiu nos eixos que foram traduzidos pelos cursos “Sindicato na Fábrica” e “Sindicato e Sociedade” como os carros-chefe de um conjunto de desdobramentos em cursos que seguiram a mesma lógica, sendo desenvolvidos níveis básicos e de especialização. O público-alvo relacionado ao programa de formação de dirigentes envolve militantes, dirigentes representantes dos Comitês Sindicais de Empresa (CSEs), Comissões

¹² Proposto pelo SMABC aos sete municípios da região (Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra), no grupo de educação da Câmara Regional do Grande ABC, o Movimento de Alfabetização Regional do ABC é um programa de alfabetização da região que desde o seu início em 1995 até 2006 já atendeu 88.269 pessoas em toda a região. (MOVA/ABC, 2010) Ver www.movaabc.org.br Em novembro de 1997 foi assinado um acordo na Câmara Regional do ABC, estabelecendo essa parceria acima. Cf. CONCEIÇÃO, 2008:267. Cumpre notar que o SMABC vem tendo um papel não só ativo neste programa, mas também de coordenação e articulação na sua história.

¹³ Cf. SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. Congresso dos Metalúrgicos do ABC. 3. Caderno de Resoluções. São Bernardo do Campo, 1999.

de Fábrica (CF), Sistema Único de Representação (SUR) e Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

Relatos e materiais encontrados do programa de formação de dirigentes indicam que houve uma mudança significativa de forma, além dos conteúdos, ao serem desenvolvidos como cursos de longa duração, que chegaram até um ano e meio cada, com número de horas de formação bastante significativo. Contudo, a análise dos mesmos materiais empíricos também proporcionou um entendimento de que houve pontos de inflexão na implementação do programa, que foi adequando materiais didáticos, recursos, metodologia, conteúdos às mudanças e exigências da prática política.

Os relatórios das atividades do departamento demonstram uma infinidade de atividades que são exercidas pela equipe, como seminários de planejamento, oficinas, apoio aos congressos, aos coletivos do sindicato, coletivo de formadores, ciclos de palestras, atividades essas que resultam, muitas vezes, em materiais e textos de reflexão.

Núcleos conceituais dos principais eixos de cursos e a socialização educativa¹⁴

Com relação ao eixo “Sindicato na Fábrica”, que consistiu em cursos e desdobramentos voltados à ação do chão da fábrica, percebe-se que, embora não formalmente, os seus cursos apontam para dois núcleos conceituais. De um lado, para o entendimento da reestruturação produtiva e os novos marcos de atuação na fábrica, que já tivera início como formação básica em cursos de longa duração no ano de 2000, com desdobramento em curso de especialização nessa mesma linha, tal como Negociação Coletiva (NC), e, de outro, para as demandas relacionadas principalmente à ação no local de trabalho, expressa, por exemplo, nos cursos: Comitê Sindical de Empresa (CSE I e II), Organização no Local de Trabalho (OLT) e Trabalho de Base (TB).

Essas atividades resultaram em um número relevante de mais de 800 militantes e dirigentes que passaram pela formação no período, aliado à perspectiva de atuar com profundidade no trabalho formativo, que se estabelecia em muitas horas de trabalho presenciais, de estudo em grupo e individual.

Quanto à metodologia, observou-se que os cursos são frequentemente desenvolvidos e estimulados por uma situação-desafio, com dados sobre o que realmente está se passando nas fábricas e para os quais se procuram soluções, com base nos estudos realizados.

Para se ter uma ideia, a situação-desafio do curso “Sindicato na Fábrica” era negociar uma proposta sistêmica de reestruturação produtiva colocada por uma empresa ao sindicato¹⁵.

¹⁴ Os dados de números de participantes, cursos realizados na década, horas de estudo e outros detalhes específicos sobre a abrangência destes, podem ser consultados em Gaban (2011, p. 79-96).

¹⁵ SMABC. Plano 2000-2002- formação básica. Sindicato na Fábrica II. [s/d]. Arquivo digital do departamento de formação. São Bernardo do Campo, SP.

O curso era iniciado pelo desafio e ao final o retomava, mas já com a discussão feita no percurso formativo por meio da qual refletiriam a reestruturação produtiva, a organização no local de trabalho e a característica da industrialização no ABC e a formação da classe operária.

Constata-se que a preparação para o processo de negociação coletiva no SMABC sintetiza, tanto no âmbito da formação básica quanto da especializada, os elementos centrais que os dirigentes julgam importantes nas lutas dos trabalhadores, considerando-se, principalmente, documentos congressuais da categoria. Desde os cursos Sindicato na Fábrica, passando por CSE e Negociação Coletiva, todos têm trabalhado, sem exceção, os núcleos conceituais sobre o processo negocial em diferentes níveis de complexidade, bem como a relação com o fortalecimento do sindicato por meio de sua organização na fábrica, nas Organizações por Local de Trabalho (OLTs).

Esses conteúdos têm uma origem nos problemas trazidos pela categoria, mas não se limitam a isso, porque, na verdade, há uma leitura que passa pela academia sobre as transformações no mundo do trabalho, reflexões sobre história e valores do movimento operário, experiências em outros países, documentos recentes que atualizam o debate e tudo isso, em conjunto, proporciona um trabalho que se amarra desde a concepção à prática, com essa troca de conhecimento.

Conforme depoimentos obtidos na pesquisa de campo, as atividades presenciais se tornavam um espaço importante para discussão e mapeamento do que acontecia na realidade fabril – tarefa dos educandos, associada ao debate teórico proporcionado pelo material didático, formadores profissionais e em alguns casos, dirigentes-educadores.

Se o programa parece proporcionar e estimular um debate para a ação mais racionalizada, esse não se constrói sem trabalho organizado e com foco na meta de qualificar dirigentes e militantes. E nem tampouco sem dificuldades que aparecem demonstradas nos relatos, como, por exemplo, sobre dirigentes que desistem no percurso e as ausências em função das urgências no chão da fábrica, mostrando que é improvável que essa realidade seja mudada somente por uma decisão formal do coletivo, pois que ela também é parte de um processo que nem sempre se mostra linear.

Se a reestruturação produtiva e as transformações no capitalismo trouxeram desafios à ação sindical no chão da fábrica, os metalúrgicos do ABC também perceberam que isso não seria suficiente para pensar a ação sindical naquele início da década de 1990. Embora tivessem uma capacidade organizativa já tradicional, viram-se frente a dificuldades que extrapolavam a sua atuação fabril; criaram e participaram, então, de fóruns de políticas públicas locais e regionais no intuito de reverter o quadro de desemprego alarmante do período.

Esse processo, que os desafiava com um cenário mais complexo, desembocou no final dos anos 1990 com a percepção, expressa também no

3º Congresso, de que sua atuação nesses novos espaços deveria contar com dirigentes qualificados para essa situação.

Nesse sentido, em continuidade ao programa Sindicato na Fábrica, foram agregados à formação de militantes e dirigentes, cursos que estivessem voltados para o eixo de ação na sociedade, o programa Sindicato e Sociedade, que atingiu, na década estudada, quase 150 dirigentes e militantes.

Em documento de sistematização¹⁶, a justificativa do curso deixa claros os objetivos a serem alcançados, como também uma visão de que os desafios para o sindicalismo não acabam no chão da fábrica:

[...] Por outro lado, as questões que continuam a desafiar o sindicalismo CUT ultrapassam, em larga medida, os temas que afloram no chão da fábrica. Antigas bandeiras se fazem atuais, demonstrando a persistência dos traços autoritários da sociedade brasileira e o quanto ainda precisa ser conquistado na luta por sua democratização. *Novos espaços de atuação surgem como desdobramentos de lutas sindicais ou do movimento de outros setores organizados, trazendo temas e desafios novos (grifo nosso)* como a questão do desemprego, a precarização do trabalho, a qualificação profissional, as alternativas de trabalho e renda criadas no âmbito da chamada “economia solidária”, assim como as políticas de desenvolvimento regional elaboradas e implementadas no espaço da Câmara Regional do ABC. [...]

Se o SF tinha a sua matéria-prima no chão da fábrica, o programa Sindicato e Sociedade constitui a sua nos elementos de caracterização da sociedade brasileira, no seu modelo de desenvolvimento, na compreensão da região de atuação do sindicato, como ainda no questionamento de possibilidades de ação institucional em novos fóruns de política pública local e regional.

Pode-se notar que o seu conteúdo e objetivos apontam para a preparação de dirigentes para uma atuação que se estende para além do chão da fábrica, estratégia essa que vinha se desenvolvendo já através da participação em fóruns locais e regionais no ABC, como a Câmara Setorial Automobilística, Câmara Regional do ABC entre outras intervenções inéditas no âmbito sindical desde o início dos anos 1990.

Vale a pena transcrever seus objetivos:¹⁷

[...]Objetivos gerais

1. Dar continuidade ao processo de formação de dirigentes iniciado com o programa Sindicato na Fábrica, *criando condições para que compreendam a complexidade da ação sindical para além das fronteiras da relação capital-trabalho e o papel do sindicato na transformação da sociedade; (grifo nosso)*
2. Criar condições para que os participantes *conheçam os desafios enfrentados pelo sindicato ao atuar nos diversos espaços públicos de promoção do desenvolvimento regional e de políticas de inclusão social.(grifo nosso)*

Objetivos específicos

1. Aprofundar o debate sobre o tema da exclusão social, destacando o papel das lutas operárias e do movimento sindical por mudanças na sociedade brasileira e no modelo de desenvolvimento autoritário e excludente;
2. Criar condições para que os participantes conheçam e venham a atuar nas diversas iniciativas que o sindicato vem desenvolvendo *no sentido de promover formas alternativas de geração de emprego e renda; (grifo nosso)*
3. Criar condições para que os participantes conheçam e venham a atuar nos diversos espaços públicos onde são elaboradas e implementadas políticas de desenvolvimento regional; (grifo nosso)
4. Aprofundar o debate sobre as formas de discriminação social que atingem negros e mulheres no mercado de trabalho e sobre as políticas do sindicalismo CUT no combate a essa discriminação; (grifo nosso)
5. Aprofundar, a partir desse conjunto de objetivos a discussão sobre *significado atual da cidadania e da participação dos (as) trabalhadores (as) metalúrgicos (as) na construção e gestão de políticas públicas. (grifo nosso) [...]*

Pode-se constatar na pesquisa, por meio de depoimentos de dirigentes que hoje têm atuação simultânea na fábrica e na sociedade, como o debate presente nos cursos contribuiu para reflexão e planejamento estratégico em outros fóruns de participação. Ambos compartilham a ideia de que esse tipo de atuação ainda exige muito dos militantes e nem sempre tem o mesmo peso que a ação sindical na fábrica.

Contudo, a atuação com movimentos sociais e nos fóruns de política pública vem sendo construída com perseverança¹⁸, como por exemplo, a organização no Centro Cultural Francisco Solano Trindade (centro cultural afro-brasileiro) e Jornada Cidadã, cujo objetivo é organizar propostas conjuntas do movimento social e sindical.

CONCLUSÃO

Considerando o problema de pesquisa voltado ao estudo da relação entre o programa de formação sindical do SMABC, desenvolvido no período de 1999-2009, e os avanços das novas estratégias sindicais voltadas à ação na fábrica e nas políticas públicas locais e regionais, pode-se dizer que, embora essa formação não tenha precedido as estratégias que indicavam essas novas atuações, a decisão do 3º Congresso dos metalúrgicos em defini-la como prioridade desembocou em um percurso que consolidou a formação não só de forma expressiva em termos quantitativos da sua abrangência, mas também qualitativos.

Houve a capacitação sistemática em cursos de longa duração, com conteúdo e metodologia que certamente influenciaram e qualificaram o coletivo de dirigentes e militantes em uma perspectiva inovadora. As ementas, relatórios, memórias e depoimentos dos cursos sugerem que as transforma-

ções no capitalismo, a reestruturação produtiva e seus impactos no sindicalismo, como ainda novos desafios que surgem para a atuação sindical nestes novos tempos tiveram espaço de debate e reflexão nesse programa, no qual um debate teórico sobre o período se relaciona às questões que surgem da realidade fabril.

Os números apontados pela pesquisa com relação à sua abrangência de público-alvo, como também da quantificação de horas de trabalho, associadas às descrições das memórias e das entrevistas sobre a natureza dessas atividades, demonstram um trabalho regular, planejado e com foco preciso na atuação sindical.

As relações estabelecidas nesse processo de socialização política e formativa – porque é, sobretudo, uma socialização que passa pela educação formal-, parecem criar novos espaços, ainda que não homogeneizados, de uma nova identidade sindical que discute uma ação não mais restrita ao chão da fábrica, mas também se volta às políticas sociais. Se a tradição política e formativa é sempre posta em evidência pelo coletivo, percebe-se que essa não impede a busca de novas alternativas em um cenário mais complexo.

Desenha-se uma redefinição de uma prática sindical que qualifica e fomenta, com um veio voltado à negociação, uma possibilidade de resistência diferenciada nesses tempos de mudança com impactos tão desfavoráveis aos trabalhadores. Levando em conta os novos marcos institucionais na ação política que se manifestam na análise que relativiza os efeitos da globalização, facultando a discussão de outros elementos de contrapoder dessas transformações, pode-se perceber que a complexidade requerida de ação tem tido uma contrapartida na formação de dirigentes com o objetivo de uma atuação que resulte em respostas à conjuntura atual.

Discussão sobre políticas públicas locais e regionais, espaços de atuação que extrapolam o chão da fábrica, assim como um debate que amplia a atuação fabril com pautas voltadas à democratização das relações de trabalho, negociação permanente, condições de trabalho, denotam uma relação forte da formação política com a qualificação necessária para a atuação sindical.

A preparação para a atuação nos eixos do Sindicato na Fábrica e Sindicato e Sociedade, sem dúvida, criou um marco no sentido de capacitar dirigentes sistematicamente e com projeto de longa duração que permitiram, aos participantes, associando esse conhecimento à sua experiência no chão da fábrica, ampliar a qualidade de sua intervenção.

Esses dez anos representaram, uma experiência educativa e política que se atualiza historicamente com desafios postos continuamente à categoria. Vem sendo construída com avanços, discussões, tensões e consolida-se como uma prática que rompe com o senso comum e o pragmatismo, buscando uma reflexão atualizada das questões contemporâneas do sindicalismo em tempo de mudanças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELUSSI, Fiorenza; GARIBALDO, Francesco. Globalization- variety of pattern of the post-fordist economy: why are the 'old times' still with us and the 'new times' yet to come? In: GRINT, Keith. *Work and Society: a reader*. Cambridge: Polity Press, 2000. p. 280-302.
- BEYNON, Huw. O sindicalismo tem futuro no século XXI? In: SANTANA, M.A.; RAMALHO, J.R. (Orgs.) *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003. p.44-71. Capítulo 2.
- CAMARGO, Zeíra M. O sindicato dos metalúrgicos do ABC e as ações regionais na década de 1990. In: RODRIGUES, Iram J.; RAMALHO, José R. (Orgs.) *Trabalho e Sindicato em Antigos e Novos Territórios Produtivos: comparações entre o ABC Paulista e o Sul Fluminense*. São Paulo: Annablume, 2007, p.121-139
- CHANG, Leslie T. *As garotas da fábrica- da aldeia à cidade, numa China em transformação*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.
- CONCEIÇÃO, Jefferson J. A indústria de autopeças no ABC sob o turbilhão micro e macroeconômico da década de 1990. In: RODRIGUES, Iram J.; RAMALHO, José R. (Orgs.) *Trabalho e Sindicato em Antigos e Novos Territórios Produtivos—comparações entre o ABC Paulista e o Sul Fluminense*. São Paulo: Annablume, 2007. p. 299-327.
- _____. *Quando o apito da fábrica silencia – sindicatos, empresas e poder público diante do fechamento de indústrias e de eliminação de empregos da região do ABC*. São Bernardo do Campo: MP, 2008
- GABAN, Sílvia. Saber mais, para lutar melhor: concepção e prática da formação sindical no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista e as novas estratégias sindicais no período 1999-2009. 2011. 195f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- HARVEY, David. A transformação político- econômica do capitalismo do final do século XX. In: *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 2007, p. 115-184. Parte II.
- HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. Introdução: Globalização – um mito necessário? In: *Globalização em questão – a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 9-38.
- _____. Globalização, governabilidade e Estado-Nação. In: *Globalização em questão – a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis: Vozes, 2002. p.263-301.
- RODRIGUES, Iram Jácome. Relações de trabalho no ABC paulista na década de 1990. In: SANTANA, M.A.; RAMALHO, J.R. (Orgs.) *Além da Fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003. p.299-333.
- _____. Sindicalismo e Desenvolvimento Regional: a experiência dos Metalúrgicos do ABC. Trabalho apresentado no XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 26 a 30/10/2004.
- SPILERMAN, Seymour. How globalization has impacted labour: a review essay. In: *European Sociological Review*. Vol. 25, Nº. 1, p. 73-86, 2009.
- WATERMAN, Peter. The new social unionism: a new union model for a new world order. In: MUNCK, Ronaldo; WATERMAN, Peter (Eds.). *Labour worldwide in the era of globalization: alternative union models in the new world order*. London: Macmillan Press, (Eds.). 1999. p. 247-263.

Documentos

CONGRESSO DOS METALÚRGICOS DO ABC, 3, 1999, São Bernardo do Campo, SP. *Caderno de resoluções*. São Bernardo, 45 p.

CONGRESSO DOS METALÚRGICOS DO ABC, 4, 2003, São Bernardo do Campo, SP. *Caderno de resoluções*. São Bernardo, 47 p.

CONGRESSO DOS METALÚRGICOS DO ABC, 5, 2005, São Bernardo do Campo, SP. *Caderno de resoluções*. São Bernardo, 61 p.

CONGRESSO DOS METALÚRGICOS DO ABC, 6, 2009, São Bernardo do Campo, SP. *Caderno de resoluções*. São Bernardo, 72 p.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC .Departamento de Formação *Plano 2000-2002-formação básica. Sindicato na Fábrica II*. [s.d]. Arquivo digital do departamento de formação. São Bernardo do Campo, SP

_____. *Sindicato e Sociedade sistematização, plano 2000-2002 – Formação básica*. [s.d] São Bernardo do Campo, SP.

_____. *Relatório de atividades de formação 2007*. São Bernardo do Campo, 2007.

_____. *Relatório de atividades da formação 2008*. São Bernardo do Campo, 2008.

_____. *Relatório de atividades da formação 2009*. São Bernardo do Campo, 2009.

_____. *Curso Sindicato e Sociedade II – caderno do educando – Unidade 1. Programa do curso e processo de avaliação*. São Bernardo do Campo, março de 2003. 48p.

Websites

www.abcdeluta.org.br

www.movabc.org.br

www.smabc.org.br